

SESSÕES DO PLENÁRIO

18ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de maio de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADA OLÍVIA SANTANA (AD HOC)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Bom dia a todas e a todos!

Com muita honra e alegria, declaro aberta esta sessão especial em homenagem ao Dia Nacional do Defensor e da Defensora Pública. Quero saudar a todos os participantes que compõem este Plenário, defensoras, defensores, mas também os usuários e as usuárias do serviço da Defensoria Pública.

Com muita honra, convido para compor esta Mesa a Sr.^a Firmiane Venâncio, defensora pública geral do estado da Bahia e vice-presidente do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos; a Sr.^a Aline Solano, corregedora da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia que, neste ato, representa o governador do estado; a Sr.^a Marilene Mota, procuradora presente que, neste ato, representa o Dr. Pedro Maia; a Sr.^a Tereza Cristina Almeida Ferreira, presidenta da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado da Bahia; Sr.^a Janaína Canário Carvalho, corregedora-geral da Defensoria Pública, representando a sociedade civil atendida pelo órgão no processo de mediação das demandas da população e do órgão Defensoria Pública do Estado da Bahia; Sr.^a Naira Gomes, ouvidora-geral da Defensoria Pública; e o Sr. Augusto Vasconcelos, vereador da cidade de Salvador. (Palmas)

Peço o apoio da assessoria para que à medida que outras autoridades públicas forem chegando, por favor, faça a informação chegar à nossa Mesa.

Peço a todos que fiquem de pé para ouvirmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Na condição de professora e pedagoga, quero dizer que a classe toda está aprovada, todo mundo cantou direitinho o Hino Nacional. (Risos)

Quero saudar, mais uma vez, esta Mesa extensa e também saudar este Plenário; quero, Dr.^a Firmiane, saudar, na sua pessoa, toda Defensoria Pública do Estado da Bahia e dizer, em nome desta Casa – da Assembleia Legislativa –, que suas portas se abrem para acolher, mais uma vez, defensoras e defensores públicos, porque esta é uma sessão institucional, uma sessão que já está calendarizada na Assembleia Legislativa da Bahia. A cada ano um deputado assume a autoria e eu estou muito feliz de ter sido autora dessa iniciativa neste ano. Por isso, também agradeço a todos os colegas que votaram. Infelizmente, nós só tivemos a data da

sexta-feira, que é o dia mais difícil de participação dos parlamentares, já que a grande maioria vive no interior e vai aos municípios para dar assistência e apoio às suas bases.

Eu tenho certeza de que nós a encaminhamos e eu agradeço ao Cerimonial desta Casa por isso. Todos os deputados tiveram ciência da realização desta sessão, entretanto sabemos que, às sextas-feiras, a Casa funciona até o meio-dia e muitos deputados já foram para os seus territórios. Mas a nossa *TV Assembleia* está transmitindo em tempo real, ao vivo, no nosso canal, todo o desenvolvimento desta sessão; também através do YouTube e de todas as redes sociais desta Casa. Então, saúdo e agradeço a todas as pessoas que estão nos acompanhando.

Passo agora, imediatamente, à apresentação de um grupo jovem e quem não o conhece, precisa conhecê-lo. É um presente nosso, Dr.^a Firmiane, para a abertura desta sessão. O nosso grupo já está bastante concorrido e eu estou muito feliz por já haver muita gente contratando esses meninos e essa menina fabulosa, que formam o grupo Anarkas. É um grupo que nasceu na escola pública, formado por Ruiva, a vocalista do nosso grupo – essa menina maravilhosa –, Philipe Neri e Osiris, que a acompanham nesta apresentação que vocês mesmos terão a capacidade de avaliar. (Palmas)

Com vocês o grupo Anarkas.

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Eu que agradeço. Nós que agradecemos, não é, gente? A beleza e o talento fantástico desse grupo. (Palmas) Eu sou fã de carteirinha. Quero também pedir uma salva de palmas para o professor Ricardo, esse maestro que faz o trabalho... (Palmas) Por favor, professor, não fique escondidinho aí, venha aqui na frente. Esse professor que ama o que faz e que fez todo esse trabalho bonito de descoberta, valorização e acompanhamento desses meninos talentosos e dessa talentosa menina.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Agora eu peço licença à Mesa para ir ao púlpito fazer o meu pronunciamento.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Senhoras e senhores, representantes de diversos órgãos que estão presentes e, sobretudo, as usuárias e usuários dos serviços da Defensoria Pública, defensoras e defensores – Dr.^a Firmiane, na sua pessoa, mais uma vez, eu cumprimento a Mesa –, para mim é uma honra muito grande estar nesta sessão, promover esta sessão nesta Casa.

Entendo que, sendo a Assembleia a Casa do Povo, precisa acolhê-lo, assim como aquelas e aqueles que trabalham colocando no seu ofício o dever de receber, acolher e cuidar dignamente desse povo. Acabamos de ouvir a canção de Alceu Valença, com esse arranjo moderno e tão bonito, cujo refrão diz “tu vens”. Nós sabemos, gente, que, como fruto da luta de defensoras e defensores, o PLC n.º 154/2023 virá ao Plenário e será votado em algum momento. (Palmas)

Essa é a crença dessas pessoas que aqui estão, defensoras e defensores na Bahia, que, em plena sexta-feira, se vestem de preto. Não sei se pediram licença a Oxalá, (risos) mas Oxalá há de perdoar, há de reconhecer e há de valorizar essa luta

tão importante por justiça, para garantir que, verdadeiramente, a Defensoria Pública seja reconhecida de maneira plena, Dr.^a Firmiane e Dr.^a Tereza, mulheres que lutam por um mesmo propósito, que é ver essa Defensoria Pública do Estado da Bahia com os seus direitos equiparados aos demais entes do sistema de Justiça, como o Ministério Público e o Judiciário. Afinal, o trabalho de defender os pobres e os oprimidos não é um trabalho menor, é um trabalho maior, é o trabalho de estar na ponta, (palmas) é o trabalho de estar junto com aquelas e aqueles, vereador Augusto Vasconcelos e ouvidora Naira, que são hipossuficientes na relação com o alto poder econômico, na relação com aqueles que nasceram com tudo. E aqueles que nada têm precisam reconhecer e enxergar na Defensoria o braço que acolhe, que puxa para cima e, que garante aquilo que está estabelecido na Constituição do nosso Estado. Os direitos fundamentais são – não quero ser redundante, mas vou acabar sendo – essenciais, precisam ser cumpridos, garantidos, porque nós vivemos, gente, num país de profundas desigualdade sociais.

Jamira, você é uma mulher por quem eu tenho uma profunda admiração pelo trabalho que desenvolve no bairro do Uruguai, na Cidade Baixa, salvando meninas e meninos em uma situação, muitas vezes, de limiar da morte. Vocês os acolhem com o trabalho belíssimo que construíram há mais de 30 anos, que é a Escola Comunitária Luiza Mahin, bem como com o trabalho junto à Rede Reprotai, de juventude e protagonismo juvenil da periferia. Eu sei, portanto, o valor desse trabalho. Esse trabalho que vocês fazem se encontra com o trabalho que defensoras e defensores realizam.

Dr.^a Cristina, quem eu vi e que sempre está junto conosco, eu quero dizer que é muito importante a compreensão desprovida de paixões, mas é a compreensão do direito. O direito é algo sublime, é algo que nos humaniza, a ausência do direito nos brutaliza e instaura a barbárie.

O Brasil é a oitava economia mundial e batemos no peito e ficamos felizes por isso, mas é absolutamente indigno o capitalismo brutal que temos em nosso país. Nós precisamos falar sobre isso, pois é muito brutal o que nós vemos no Brasil. Como nós podemos ser a oitava potência econômica se, em um país de pouco mais de 200 milhões de habitantes – 220 milhões de habitantes, segundo o censo –, nós temos mais de 30 milhões de pessoas que dependem de programas sociais para fazerem as três refeições, gente? Essas são as principais pessoas assistidas por essa Defensoria e por outras Brasil afora.

É preciso compreender que nós vivemos em um estado como a Bahia, gente, que tem 417 municípios, dos quais 283 municípios pertencem à Região Semiárida, uma verdadeira desertificação do nosso território. Nós temos muita carência e muita falta nesse estado. É assombroso que tenhamos um estado com 15 milhões de habitantes e um orçamento de R\$ 62,6 bilhões, enquanto o Rio de Janeiro, um estado com 16 milhões de habitantes – praticamente a mesma população –, tenha um orçamento de R\$ 104 bilhões.

Há uma desigualdade, há uma concentração de riqueza e você sofre quando é nordestino, você sofre mais com as carências e com a falta. Eu sei o que é a fome,

porque eu já passei fome, minha família já passou fome, minha mãe teve oito filhos, dos quais cinco morreram de pólio, de meningite, de desnutrição, não havia nem Bolsa Família na época, que é um programa que tem impacto direto na vida, no direito de viver ou de morrer, de crianças negras, indígenas, população ribeirinha, comunidades quilombolas.

Então, quando a gente traça o planejamento de trabalho da Defensoria Pública, certamente essa realidade deve ser destacada, colocada em principalidade. Quando a ouvidoria escuta e tem o dever de escutar o povo, tem o dever também de selecionar o que é principal, tudo é urgente, mas não se consegue dar conta de tudo. O que é principal? É a pauta da fome, da miséria, da pobreza, é o preso injustamente que está sem defesa, é a pessoa que tomou um tiro na barriga e perdeu o bebê, porque todo tipo de atrocidade é parte do cotidiano das pessoas pobres neste estado e neste país. As coisas que são inimagináveis para uma família bem nutrida, bem assistida, bem educada, bem amparada nos seus direitos socioeconômicos – existem coisas que parecem absurdas de acontecer nas nossas vidas –, são absolutamente cotidianas na vida daquelas e daqueles que são vistos como descartáveis nessa estrutura social.

Então, é preciso haver mais comunhão de propósitos, haver um ideário de fortalecimento do Estado brasileiro e baiano naquilo que é imprescindível, naquilo que é essencial.

Portanto, eu acredito e eu defendo o PLC nº 154/2023, também vejo outros parlamentares o defenderem nesta Casa, subirem a esta tribuna para fazer essa defesa, entendendo, inclusive, que quando uma mobilização é feita, como a que os Srs. Defensores e Sr.^{as} Defensoras estão fazendo, ela precisa ser ouvida, precisa ser escutada, acolhida. Essa pauta precisa ser posta à mesa para garantir negociação, Dr.^a Cristina, (palmas) com cuidado, com respeito. Nós reconhecemos as dificuldades que o estado baiano enfrenta, que o governador Jerônimo Rodrigues enfrenta, mas reconhecer as dificuldades não elimina a possibilidade da negociação. É preciso ter respostas, até porque nós nos formamos nesse processo, Dr. Clérison, no processo de luta por direitos, um ideário de transformação do estado, de assumir governos para subverter lógicas de exclusão, para subverter essa estrutura, esse sistema que é tão anacrônico, tão profundamente desigual.

Para isso, temos de ter um aparato favorável a essa agenda de promoção de direitos. Não podemos transformar em opositores quem é aliado de uma causa, nós temos que garantir essa educação política, essa capacidade de dialogar exaustivamente, porque não é possível apenas deletar: “Não quero tratar desse assunto”. O assunto está aí, está na sala, está posto, e nós precisamos ter a capacidade de fazer esse diálogo.

Quando eu penso no nosso papel, a gente que luta tanto em um campo de esquerda para conseguir chegar aos espaços de poder... Somos uma minoria, nós somos uma minoria, é uma correlação de forças extremamente desiguais. Tem dia que a gente para e pensa: “Ah! Como é possível?!” Porque há um custo humano que é muito grande, é muito intenso, a consciência tem um preço, um preço que é cobrado todos os dias.

Muitas vezes, você acorda de madrugada e fica pensando naquele problema, mas é irreversível, é irrevogável. Uma vez posta em movimento, a consciência ganha uma profundidade quando ela tem consistência nos estudos, quando a gente sabe de que lado, verdadeiramente, a gente está num determinado cabo de guerra.

É difícil, a dor é maior, porque, quando você não tem consciência, tem apenas um entendimento superficial da complexidade das coisas, muitas vezes você pega talhos, você dá saltos para um campo que não deveria ser o seu, e isso pode fortalecer exatamente o algoz, verdadeiramente algoz, aqueles que sustentam um sistema de opressão e de barbárie.

Eu insisto em refutar, em recusar uma sociedade do vale-tudo. Para mim, não vale tudo, não vale qualquer coisa e não vale qualquer vitória. Eu prefiro vitórias que, mesmo sendo suadas, não me retiram a perspectiva transformadora, não me colocam em qualquer lugar, me colocam no lugar certo. (Palmas)

Este país... Eu nunca vou esquecer de uma fala da única mulher que, independentemente de questões partidárias, mas é importante levar em conta esse destaque aqui, ocupou a Presidência da República. Havia uma maioria, ela já entrou naquele plenário derrotada porque o sistema a derrotou.

Nós não podemos achar que a política é só a política, a política é uma queda de braço com o sistema econômico. O poder econômico é um poder atroz e, no Brasil, ainda é marcadamente perverso, com as cores de um país que se fez a partir de uma base colonialista e escravocrata.

É por isso que, por exemplo, o Ministério Público do Trabalho, até hoje, tem de correr atrás de escravocrata, de pessoas que querem ganhar em cima da miséria do outro. É um negócio tão esquisito o cara ser milionário, dono de vinhedos, ter empresas opulentas, e querer ganhar em cima do cara que recebe um salário-mínimo.

Ele não quer pagar os direitos daquele trabalhador, ele olha o esplendor na sua conta bancária, mas ele quer ganhar um naco, um pedacinho em cima do outro que vive na miséria, ele tem essa gana de escravizar.

A gente abriu esta semana com o 13 de maio, essa abolição inconclusa, essa abolição de dois artigos: “Art. 1º - Está abolida a escravidão no Brasil. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário”. E somente isso. Esse passivo bate na nossa porta até hoje, bate na porta de cada uma e de cada um de vocês até os dias atuais.

É indigno viver assim, num país assim, mas também é indigno simplesmente fugir deste país. Nós precisamos estar aqui porque o Brasil é um país grandioso, é um país em que, se plantando, tudo dá, não é assim?

É um país que tem um povo diverso. Aqui no Brasil, você tem uma população branca e você tem uma população negra majoritária, os não brancos são majoritários neste país. Você tem os indígenas; você tem 12 milhões de árabes morando, vivendo no Brasil; no Sul do Brasil, tem descendentes de italianos, descendentes de ucranianos, de alemães, tem tudo isso.

Tem o axé da Bahia, o acarajé da Bahia; e tem o chimarrão do Rio Grande do Sul. Tem o Bembé do Mercado na Bahia; tem o Oktoberfest no Sul do Brasil. O Brasil é isso, e isso poderia ser lindo se a gente conseguisse construir um país de igualdade, um país de efetiva promoção de direitos.

Então, esta sessão especial, que defende, que celebra o direito de defesa, é uma celebração do direito de defesa, esta sessão é isso.

Eu, inclusive, quero lembrar de uma menina que bateu à minha porta, na nossa porta, na porta da Assembleia Legislativa da Bahia, no ano de 2022. Não poderia deixar de dizer isso aqui porque é importante a gente também entender o papel maior das instituições, nós não somos, não precisamos ser concorrentes, nós podemos ser complementares.

Quando a gente potencializa as nossas ações, a gente consegue fazer um trabalho maior, uma produção maior. Tudo que é investido aqui nesta Casa, tudo que é investido na Defensoria, o governo do estado, tudo junto é potencializado se temos o mesmo propósito.

Eu sempre trabalhei valorizando a Defensoria Pública, valorizando o Ministério Público, tenho amigos e amigas inúmeras no Ministério Público, na Defensoria Pública e no Judiciário e sempre procurei o melhor nessas articulações. Lembro-me que, quando eu entrei ontem, Dr.^a Firmiane, lá na festa... Foi ontem ou foi anteontem? Eu já estou embaralhada das ideias.

Mas, na festa da Defensoria, dos defensores e defensoras, lá na Pupileira, aquela festa linda, concorrida... Quando eu fui caminhando, de repente vieram uma senhora e uma menina, e a menina me abraçou apertadamente, e a mãe... Eu falei com elas assim, aquela coisa, sem lembrar, não é? (Risos).

A pior coisa é quando você chega para o político e fala: “Está lembrada de mim?” (Risos) É uma confusão porque, às vezes, você não lembra de todo mundo. E a mãe disse: “Ela não está lembrando, não”. Aí a menina falou: “D. Olívia, muito obrigada! Eu sou Brisa, minha mãe procurou a senhora lá na Assembleia, e foi a senhora que indicou a Defensoria Pública...” Sirlene ainda era a ouvidora. “(...) e a Defensoria Pública me devolveu a vida”. Foi essa a frase que Brisa falou. (Palmas)

São tantos os casos que eu já nem me lembrava, mas depois eu disse: “Meu Deus, é aquela menina?” Porque, na época, ela estava muito debilitada, ela estava desenganada, ela estava com data de morte marcada, e o trabalho da Defensoria Pública resgatou aquela vida.

Ela estava tão bonita, bem nutrida, ela já era ali outra pessoa, com outra vida, com muito mais disposição, esperança, ideias, projeto de vida e chegou ali para agradecer a todas as pessoas.

Esse foi apenas um dos exemplos do quanto que a Defensoria Pública pode mudar as vidas das pessoas. É nisso que a gente acredita, por isso que a gente acredita que, sim, a Defensoria Pública pode fazer acordos extrajudiciais. Isso vai ajudar a desafogar tantas demandas que a gente tem frente ao Judiciário baiano.

A Defensoria pode, deve e precisa ter a sua carreira equiparada às demais carreiras do sistema de Justiça. E toda força que a gente puder usar, diálogos, conversas, ajudarão nas negociações, tudo que for possível.

Eu quero dizer a vocês que nós estamos aqui de peito aberto, de coração aberto. Eu não vou esquecer aquela sessão em que nós estávamos prontas e prontos para votar, em que vocês estavam enchendo as galerias, e parecia que a votação ia quando, de repente, tudo mudou. Não foi, Dr.^a Mônica? De repente, a gente passou a viver este pesadelo.

Mas eu tenho certeza, eu acredito que “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, e vocês nem são água mole, vocês estão determinadas, determinados. E a luta, quando ela é justa, a vitória chega com um sabor que vocês vão experimentar, vocês vão lembrar dessas palavras. Este sabor virá porque a vitória de vocês será a vitória do povo baiano. (Palmas)

Viva às defensoras e defensores públicos do estado da Bahia! Viva à justiça! Viva a todas as pessoas que acreditam que o nosso país pode ser muito melhor para todas, “todes” e todos, para nossa gente diversa e bonita! Que Oxalá nos abençoe! Que Deus nos ajude e que a gente conquiste os nossos sonhos e planos. (Palmas)

Obrigado.

(Não foi revisto pela oradora.)

(A deputada Olívia Santana reassume a presidência da Mesa.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Bem, gente, agora nós vamos assistir ao vídeo institucional da Defensoria Pública.

(Procede-se à apresentação de vídeo.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Concedo a palavra à presidenta da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado da Bahia (Adep-BA), Sr.^a Tereza Cristina Almeida Ferreira. (Palmas)

A Sr.^a TEREZA CRISTINA ALMEIDA FERREIRA: Ufa! Aqui é o lugar em que a gente, deputada, se sente muito feliz. Quis o Universo que, mais uma vez, Dr.^a Firmiane, eu estivesse aqui representando os meus pares para poder falar de tudo aquilo que V. Ex.^a falou. E, a partir disso, a gente aproveita para, infinitamente, dizer do compromisso desses meus colegas, esse meu povo de luta, que trabalha diuturnamente pela dignidade de cada um de vocês, usuários, e dos serviços da Defensoria Pública, que muito nos honra.

Estamos plenamente preparados para fazermos – desde o nascedouro do atendimento extrajudicial até o STF e o STJ – a garantia de direitos com a qualidade devida, com profissionais concursados, preparados, avaliados em estágio probatório, dentro de uma Constituição que nasceu das necessidades de um povo.

É um povo que necessitou, dentro do capítulo sobre o acesso à Justiça, no qual se fala da existência necessária de uma instituição essencial, uma instituição, deputada, que, na Constituição, teve de ter lado para trabalhar, exatamente o lado dos vulneráveis, hoje em dia em um número muito maior, com a dignidade que cada um de vocês...

E aí eu sei que a gente trabalha aqui com a possibilidade de falar para todo o estado da Bahia, e é exatamente porque eu me sinto muito feliz, muito tranquila, na certeza de que o ser infinito no qual eu creio e que todos nós trabalhamos e de que cada ato-fato que acontece em cada legislação deste país é para vermos essa instituição que sofre as intempéries de...

Eu tenho 40 anos de Defensoria Pública e vejo que, desde lá, desde antes da Constituição de 88, a gente sentiu e sente a necessidade, e aí é uma fala para cada um de vocês, de intensificar a luta pelo fortalecimento dessa instituição (palmas), de fortalecer a iniciativa de estar aqui e de dizer a cada um de vocês... É por isso que, quebrando o protocolo, eu não poderia deixar de falar para aqueles que me escolheram, num dado momento, para exercer essa representação.

Então, deputada, eu queria cumprimentar a Mesa na sua pessoa, que neste momento realiza, celebra esta sessão que, para nós, é muito importante neste mês tão singular por ser o mês que celebra a Defensoria Pública, o defensor e a defensora pública. (Palmas)

Quero cumprimentar também a nossa dirigente, a defensora pública-geral, Dr.^a Firmiane, ela é quem representa aqui a instituição. Nós sempre queremos dizer, Dr.^a Firmiane, que nós, defensores públicos, temos a responsabilidade política e legítima de dizer a esta Casa que a nossa instituição e que o seu dirigente merecem respeito. (Palmas)

E, na pessoa da Dr.^a Firmiane, eu queria também cumprimentar... E aí eu me permito falar, eu geralmente falo em nome dos dois nesse sentido, mas eu queria, vereador Augusto, o senhor que também representa uma casa parlamentar deste município... A gente espera brevemente estar lá falando para vocês sobre a necessidade de fortalecimento da nossa categoria, já recebemos ontem um convite de um vereador, e isso se soma também ao seu apoio, já que veio e nos prestigia no momento, a gente agradece a sua presença.

A gente espera falar para todo o povo da Bahia e do município de Salvador porque aqui nós temos defensores que vieram, que trabalham neste estado tão continental e que precisam... Até porque, em 2014, a Lei nº 80 estabeleceu que é obrigação, está lá na Constituição também, nada nasceu do nada, não é um direito classista, está lá dizendo que, em todo o Brasil, há uma necessidade – que ainda não foi atendida, inclusive foi dado um prazo – de que se tenha defensor público em todos os estados. Pelo menos, um defensor.

Sabemos que um defensor, dado aquilo que a própria deputada Olívia falou, que é exatamente a concentração da violência em caráter, digamos, cirurgicamente malvado... Passamos hoje a vivenciar situações em que a Defensoria Pública amplia a sua atuação não só para os atores, mas também... É impossível que o estado como um todo, os seus agentes políticos nesta Casa, não alcance o porquê de a necessidade de esta instituição atuar em todas as nuances do nosso povo.

A Defensoria Pública, quando trabalha de maneira mais atenta nas questões dos alimentos, nas questões penais, ela também trabalha com violências invisíveis, com situações das quais... V. Ex.^a precisa também ampliar essa discussão no

município, há necessidade, e eu tenho certeza de que aquela casa, quando formos lá, em qualquer momento, não numa pauta específica... E eu sei que os vereadores sempre nos clamam, e eu sei que a Defensoria Pública sempre está presente nesse sentido. Cumprimentar a representação...

E eu queria deixar bem claro que isso foi, vereador e deputada, uma decisão política da Constituição de 88 e da necessidade de uma instituição do sistema de Justiça ter uma ouvidoria externa, um ouvido do povo, para que, ainda que a gente tenha uma Corregedoria, esse povo tenha também a possibilidade de ter uma oitiva com autonomia, com mandato. Isso, inclusive, é uma demanda – e aí eu falo para a nossa procuradora – em que todas as instituições do sistema de Justiça deviam pensar.

Nunca, em nenhum momento – e é necessário que isso fique claro, Dr.^a Janaína –, nunca em nenhum momento é o momento de a gente pensar que você é corregedora, mas muito mais na oitiva de construir uma Defensoria Pública com o quilate que o povo da Bahia merece, de construir na fala, neste lugar, que a gente está buscando, que esse potencial profissional, esse defensor e essa defensora pública, para realizar o seu trabalho, senta em bancas de grandes escritórios para trabalhar a dignidade em violências rurais, em situações inúmeras que vocês não têm noção que acontecem aqui, agora, neste momento, na madrugada, e que, na verdade, nós estamos extremamente atentos e responsáveis para poder dizer a cada um de vocês o quanto é importante.

Mas eu não posso deixar de destacar também aos meus colegas defensores e defensoras públicas... e eu, ainda que errada, desde ali eu já saudava aos meus mais velhos, saudava aos meus mais novos porque eu estou aqui de pé, e foi assim que eu aprendi com eles, a falar para dizer a cada um de vocês que muito me orgulha, muito me orgulha dizer a vocês o quanto é importante para nós, Dr.^a Laura, que viemos dessa luta, do nascedouro dela até hoje, nesta Casa, que é exemplo de dignidade para cada um de nós.

Eu vi, deputada, esta Casa aprovar a nossa dignidade, a nossa autonomia em sentido estrito, porque ela já veio... Inclusive, o procurador, o Dr. Dirley, falava o tempo todo para mim: “Tereza, eu não entendo porque a Constituição Federal precisa de leis específicas quando ela é plena e quando ela é a lei maior”. Eu sempre coloco para vocês que são evangélicos e que acreditam em Deus que, ao lado da Bíblia, comprem uma Constituição e vão para o art. 5º, e vão para o art. 134, identifiquem que nesse espaço que é necessário que vocês saibam dos direitos. E se não sabem, procurem essa instituição, que é uma escola de direitos, e que sabe exatamente...

Então, eu destaco a presença aqui, nesta sessão especial, dos meus colegas defensores e defensoras públicas, que nesta sessão estão fortalecendo um ato que muito nos entristece, mas que foi necessário, e a gente entende que é uma forma, deputada, que é uma forma, senhoras e senhores, representações, todos da sociedade civil, de falar. Às vezes a gente fala com o corpo. Na maioria das vezes, a gente demonstra se está feliz ou não, e a gente já olha... Agora, a gente fala com a ação.

Nós paramos, neste ato, de uma atitude grevista, já que a nossa categoria, os membros da nossa carreira estão em greve pelo cumprimento no estado da Bahia de um direito presente na Constituição Federal e desconsiderado até então, o direito ao tratamento simétrico, o direito a ter uma instituição com a compreensão de que essa Constituição precisa ser respeitada.

E aí a gente trabalha, exatamente, na perspectiva da nossa ação que, às vezes, para a sociedade, o significado de estar aqui, trabalhando por um tratamento simétrico, de ter aquilo que a Constituição define, para alguns é dizer de uma briga classista. Sim, ela pode até ser entendida, e deve ser entendida dessa forma, mas na sua amplitude ela alcança a construção que não aconteceu numa lei específica. A lei maior identificou que essa instituição tem que ser tratada como as demais carreiras do sistema de Justiça. Ela tem que ser e é necessário na compreensão de cada um de vocês. Por que será que essa instituição precisa ser desqualificada no seu trabalho, um órgão de execução preparado para realizar a atuação dela? Por que será que o defensor e a defensora pública, no trato da sua lei, no trato do seu tratamento, não tem que ser entendido?

Até hoje conclamamos o Congresso Nacional sobre a necessidade de termos um conselho, e termos um conselho para que alcance exatamente... Imaginem vocês que eles não precisam nem de projeto de lei, eles alcançam um tratamento que se identifica com aquilo que é garantia. A gente não precisa tratar dessa questão sem ver a amplitude de que vocês precisam compreender que, para que a gente esteja lá em Chorrochó, para que a gente esteja lá, em todo e qualquer lugar, que, às vezes, a gente tem que tirar do bolso, porque, às vezes, a estrutura da instituição não dá conta para que a gente realize esse trabalho.

Como foi colocado pela deputada Olívia, os senhores podem perceber, mesmo numa sexta-feira, que eu, presidente da Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado da Bahia, e os demais colegas defensores, estamos aqui de preto, simbolizando o nosso protesto contra a situação que temos vivenciado até aqui.

Foi nesta Assembleia, de fato, que vivenciamos uma experiência marcante de profundo desrespeito constitucional, institucional, de desconsideração à autonomia de nossa Defensoria, de desconsideração à nossa defensora pública-geral. E, enquanto dirigente de classe, eu não poderia deixar de firmar aqui, nesta sessão solene, que, em dezembro de 2023, após diálogos que o governo alinhou com todos nós, numa construção fortalecida por este Parlamento, fortalecida com o governo, mas principalmente com a Defensoria Pública e com a carreira, exatamente por isso que vivenciamos uma experiência marcante de desrespeito após esses diálogos com governo, que alinhara o envio desse projeto de lei complementar sobre o subsídio com subteto para esta Casa, além da promessa externada...

E eu quero deixar, aqui, o meu respeito ao deputado Rosemberg, que em todo o tempo, em toda a caminhada da construção... Imagino como foi difícil para ele naquele momento em que ele disse que vinha para esta Casa e que bradou que até o último dia, 20 de dezembro, que esse projeto poderia ter sido aprovado, infelizmente. Inclusive, matérias que foram publicadas no *Diário Oficial* desta Casa

apontavam que seria aprovado o projeto no rol que foi levado a análise, a deliberação, através de quebra de protocolo nas últimas sessões... E tudo caiu por terra – é aquela música de que eu falei na audiência pública: “Sabe lá o que é morrer de sede em frente ao mar, sabe lá” – sem sequer haver a consideração da justificativa a todos nós, classe e instituição.

Mesmo que estejamos em curso, e a gente sabe que essa construção, colegas, é fruto da nossa luta, é fruto da certeza de que nós não paramos de acreditar que esta Casa tem compromisso com o cumprimento da Constituição. (Palmas) Eu sei, deputada, que esta Casa tem parlamentares, de forma apartidária, que acreditam. E eu sempre coloco esta Casa...

Eu me lembro bem que num dado momento, há um tempo, a gente buscando o orçamento, a deputada Lídice da Mata – eu me lembro, Laura. Nós paramos também para poder pedir aqui respeito a essa instituição que chegava com lado – dizia: “Tereza, nós temos compromisso com essa pauta de vocês.” Nesse momento, pela estrutura e pelo encaminhamento da proposta orçamentária que estava acontecendo, a gente não deveria, na verdade, avançar. Mas ali, como hoje, como em qualquer outro momento, nunca paramos de gritar, de falar do nosso pleito. Paramos em todos os lugares, quer na rua, e não vamos deixar de falar que é exatamente a necessidade de ver esse projeto de lei... e mesmo a gente sabendo...

E aí eu quero exatamente declarar que estamos em curso com um novo processo de discussão com o Poder Executivo, negociando a aprovação do subsídio com o subteto, através de ajustes ao teor do Projeto de Lei Complementar nº 154.

É importante registrar, deputada Olívia Santana, que esta Casa, a Assembleia Legislativa, um dos Poderes instituídos em nosso estado, precisa ter o cuidado no trato com as demais instituições e carreiras de estado, não permitir que situações como essa, de não chegar até nós a justificativa de tanta falta de respeito e tanta dor... A senhora não sabe o sentimento que passamos. Eu não tinha o que dizer a mim mesma, eu não tinha o que dizer à classe. A sensação foi exatamente bradar dentro de um texto que eu construí para a classe: Com tiranos não sobreviveremos nunca mais! (Palmas)

A nós, defensoras e defensores, e à própria Defensoria Pública, faltou resposta sobre a retirada do nosso projeto de pauta e o motivo da não aprovação; faltou resposta, deputada, inclusive, por parte de vocês. Quantas vezes procuramos vocês para querer entender o porquê daquilo e eu não via, ainda que sentisse decepção, que é exatamente a necessidade, acredite, de ver bradar nesta Casa aquilo que a gente busca do povo, quer dizer: não vamos aceitar que esse projeto não seja aprovado. Vamos sentar aqui, (palmas) vamos esperar que esse projeto seja aprovado (palmas), porque nós estamos falando de uma instituição que merece respeito. Nós sempre fomos aliados, nós acreditamos em um governo democrático de direito, porque sabemos que todos vocês acreditam nisso.

Foi preciso a nossa classe pedir incessantemente uma justificativa sobre o ocorrido, houve ausência de resposta como resposta, para que – somente após muita luta, inclusive personificada com paralisações e mobilizações nesta Casa – fôssemos

ouvidos por membros do Parlamento estadual e, por último, após inúmeras solicitações formalizadas, pelo presidente da Assembleia Legislativa.

Até mesmo a condução do processo de negociação com o Poder Executivo se deu a partir de muita persistência do órgão de classe.

Não poderíamos deixar passar despercebidos esses acontecimentos, porque precisam ficar registrados na vida de cada um de vocês, na vida de cada um de vocês o quanto foi doloroso. Não queremos ser melhores ou piores que ninguém, só queremos a companhia de outros braços. Queremos ter a certeza de que o que nós estamos buscando... Eu me lembro bem que houve um evento, eu me lembro bem...

Assim parece que a gente não tem o direito, olha só, o vínculo a ter direitos. Parece que o que a Constituição personifica, não nos dá a capacidade de sermos investidos na capacidade da defesa de vocês. Entendam o que significa enfraquecer a Defensoria Pública, alcancem o que é vocês saberem que esta instituição não pode ser pensada.

Não queremos atropelar poderes, não queremos deixar de dialogar, há necessidade da nossa atuação no diálogo. Não somos melhores que ninguém. Acreditem que estamos lutando por uma simetria e não estamos buscando, numa atitude classista, querermos ser melhores ou piores que ninguém, porque somos agentes políticos. E é por isso que nos dói essa diminuição de tempo, diante da envergadura da nossa atuação, essa incompreensão sobre a aprovação imediata de um projeto. A gente sabe que se trabalha com orçamento, mas está lá na Constituição, e é ela a lei maior, é ela que diz a necessidade de ter. É por ela, senhores, que vocês têm que gritar aqui, botar sob o braço e dizer assim: “Eu quero que ela seja cumprida. Candidatos a vereadores, a deputados, eu aqui tenho tudo que garante o meu direito. E essas pessoas precisam ser respeitadas. Não admito nem mais, nem menos, mas aquilo que garante esse direito.” (Palmas).

Se ao longo das últimas décadas comemoramos aqui, no Parlamento estadual, em sessões solenes, o nosso dia nacional, a cada mês de maio, no mês da Defensoria Pública o que comemoramos aqui é a vitória do movimento unido, esse movimento unido de defensoras e defensores públicos do estado da Bahia pela defesa da nossa autonomia institucional e a garantia de nossas prerrogativas, com ênfase na luta pelo cumprimento na Bahia desse tratamento simétrico de subsídio com subteto.

O que temos de comemorar neste 2024 é a ousadia de nossa classe, nossos esforços assumidos perante cada incursão às diferentes secretarias e chefias de alto comando do Poder Executivo, à Presidência desta Casa, aos incontáveis diálogos com o líder do Governo; com a presidente da Comissão de Constituição e Justiça, minha amiga Maria del Carmen; presidente da Comissão de Finanças; presidente da Comissão de Educação; presidente da Comissão de Orçamento, uma das que, verdadeiramente, acolheu a nossa causa.

Agradecer ao querido parceiro Vítor Bonfim, deputado e presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que também nos auxiliou na busca de caminhos para a resolução do impasse; também ao deputado Hilton Coelho, que, na linha das suas possibilidades, nos franqueou espaço perante a Comissão de Direitos Humanos

para tratarmos, de maneira aberta e franca, sobre o que estava acontecendo com nossa instituição, chamando também os atores de governo à responsabilidade; também agradecer ao deputado Alan Sanches, líder da Oposição, que firmou questão com a sua Bancada de não obstruir a votação do projeto da Defensoria Pública, não causando qualquer embaraço à sua aprovação.

Por último, também, eu, mais uma vez, destaco a participação do deputado Rosemberg Pinto. Eu quero destacar porque em todo o tempo o deputado, no que pôde, eu tenho certeza, naquele momento não parou...

Eu me lembrava que eu dizia: “Meu Deus, será que é o inferno o que eu estou vivendo?” Porque o pessoal dizia assim: “Tem que ir.” E olha a minha situação perante a classe! Havia momentos em que os colegas da minha diretoria oravam, deputada, pedindo ao universo que alcançasse aquilo que deveria ser uma obrigação desta Casa, o respeito à Constituição.

Em diferentes fases da nossa longa caminhada, ele falou pela aprovação do subteto, que ainda depende, logicamente, de aprovação, diga-se de passagem, e que nunca deixou de considerar a possibilidade de diálogo com a classe, com as defensoras e defensores públicos. Porque não podemos aceitar que a nossa pauta seja aceita apenas em certas condições por determinados atores legislativos. Aceita-se debater as questões da Defensoria desde que seja com carinho e com carimbo chapa branca, desconsiderando as demandas da classe e dialogando somente com a instituição como se as lutas sindicais corporativas não fossem legítimas. E isso, senhoras e senhores, é uma vergonha quando se pensa que um número grande de parlamentares do campo democrático popular advém, justamente, do movimento sindical.

Mas não poderia deixar de agradecer, deputada, a V. Ex.^a pela disponibilização deste espaço para que pudéssemos falar, para que pudesse ser ouvida a opinião do órgão de classe, ao menos neste momento da sessão solene.

Aproveitamos para pedir o apoio, mais uma vez, aos membros do Poder Legislativo estadual para que possamos fortalecer as discussões perante o nosso governador. Que o governador Jerônimo Rodrigues, quando voltar da sua turnê europeia, receba a proposta da Defensoria Pública e a análise das pastas sistêmicas do Executivo sobre a referida proposta para sua deliberação final.

Esperamos que os parlamentares que se colocam como aliados à causa da Defensoria Pública façam esse movimento, dirijam-se ao governador – todos desta Casa nos apoiem –, pedindo o autorizo orçamentário para que o PLC nº 154/23 tenha o seu texto originário devidamente votado aqui o mais rapidamente possível. (Palmas)

Quero dizer a cada um de vocês que compõem essa Mesa; à representação da Procuradoria do estado, a quem representa a nossa companheira, inclusive de associação e de luta, que é a procuradora Bárbara Camardelli; ao governador, que V. Ex.^a também está representando; à minha amiga que aqui representa também os seus filhos, a Janaína, que é uma mulher que tem pé de associação e que está aqui num lugar tão importante como corregedora; a todos os meus colegas.

Eu queria terminar a minha fala com esse grito tão importante que está exatamente no nosso hino e que diz assim: *“Mas se ergues da justiça a clava forte, verás que um filho teu não foge à luta, nem teme, quem te adora, a própria morte.”*

É isso que nós aqui estamos dizendo, nunca, jamais este povo que está aqui, representando essa comunidade, essa comunidade de desconhecidos aos olhos de alguns, mas que nós reconhecemos, vai deixar de ser amparado, vai deixar de ser defendido. E a gente agradece a oportunidade de estar aqui para dizer nesta Casa, que foi motivo de luz, que a gente retorne a ela para consagrar a aprovação do nosso projeto e de muitos outros que estão engavetados e que precisam ser trazidos para a aprovação.

Muito obrigada e que Deus nos abençoe! (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada, Dr.^a Tereza, sempre com suas palavras firmes e vibrantes.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Quero agora solicitar ao apoio, à assistência, a exibição do vídeo institucional da campanha da Defensoria Pública.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada.

Quero, inclusive, destacar, Dr.^a Firmiane, que foi muito bonita e muito eficiente a campanha da Defensoria Pública pelo respeito no Carnaval. Muito bonita. Parabéns a toda equipe e à gestão da Defensoria.

Quero, com muita honra, registrar a presença da Sr.^a Ana Paula Crusoé, major PM, diretora de Gestão Social, que neste ato representa também a major Denice, ou melhor, a tenente-coronel Denice Santiago; quero também saudar o Sr. Capitão Lucas, coordenador de Segurança, aqui presente; a Sr.^a Joelma Primo, professora do curso de Direito da Ucsal; a Sr.^a Livia Borges, superintendente da Sepromi; a Associação de Moradores e Moradoras de Santa Luzia, no Uruguai; Leninha... menina, vieram de turma, hein, Jamira?, às quais eu já fiz referência também; a Sr.^a Luz Marina, presidenta do Conselho da Comunidade das Varas de Execuções Penais, muito obrigada pela presença; a Sr.^a Maria Sobral, membro do Projeto Social 1+1; o Sr. Jader Miranda, assessor da Pastoral da Criança da Arquidiocese de Salvador; a Sr.^a Bárbara Trindade, conselheira do Conselho da Comunidade das Varas de Execuções Penais de Salvador; a Sr.^a Sheila Pitanga, Grupo Operativo da Ouvidoria Cidadã (GO); Sr. Vander Costa, coordenador da Ucsal; Sr.^a Sahada Luedy, diretora de Políticas e Programas da Secti.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Convido, agora, Naira, ouvidora da Defensoria Pública do Estado da Bahia para fazer uso da palavra. Naira Gomes. (Palmas)

A Sr.^a NAIRA GOMES: Bom dia a todos os presentes, como já é de praxe, já se espera, vou quebrar protocolos, porque vou descer para chamá-los, por favor, Cecilia, Raquel, Jamira, Rosana, Rutian, Negra Magna, Mioca Martins; os

movimentos sociais: assentamento Fênix, Uruguai, Sindoméstico-BA, GO, todos, subam aqui comigo por favor. Quem não couber, aqui do ladinho, fica na escada, podem vir, por favor.

Rutian Pataxó, equipe da ouvidoria, subam por favor, eu quero vocês aqui em cima, porque eu quero que todos, todas e “todes” vejam quem somos nós, de onde falamos, o que queremos. Venham, por favor, quem estiver também aí em cima que se sentir parte desse coletivo desça também. Eu não estou enxergando muito bem, estou precisando comprar uns óculos, mas não comprei ainda, porque não tive tempo. (Risos)

Eu quero agradecer quem veio aqui. Cecilia, você é parceira de organização, eu nasci na Marcha do Empoderamento Crespo, por favor venha aqui, você é parte da organização.

Primeiro, quero agradecer a todas que vieram ao chamado da Ouvidoria, a todas, todos e “todes” que vieram. A esses coletivos que creem, respeitam, dão as mãos, e que nos empoderam, para estarmos em espaços de disputa de poder, em espaços de diálogos, que não são fáceis. Cecilia, você sabe disso, dialogar, deputada Olívia Santana, com o capital, com o poder econômico, não é fácil. Dialogar e exigir respeito àqueles que pensam com racismo, com machismo, não é fácil.

Lívia, por favor; Danúbia, por favor, venham até aqui.

Primeiro, Mel, eu quero agradecer ao Sagrado, que nos sustenta. Cadê Mel? ela estava aqui, agora. Mel fala muito sobre isso comigo, eu quero endossar as palavras dela, que também são as minhas. Em um momento difícil como esse, de tempestade como essa, temos de agradecer ao Sagrado por estarmos de pé, agradecer ao pai Oxalá, a Jesus Cristo, ao nome que tenha o Sagrado de qualquer um aqui. Quero agradecer humildemente por estarmos de pé e assertivos, não de pé e arqueados. É de pé e de coluna ereta.

Eu quero, Rosana, em seu nome, falar do assentamento Fênix, que tem uma vitória muito grandiosa a partir dessa instituição para comemorar. É um território. É a dignidade de ser, de estar e de viver em sua terra.

Há pouco tempo fizemos lá uma ação coletiva cidadã e uma criança autista que não tinha escola, conseguiu escola a partir da intervenção do Dr. Gilmar Bittencourt na comunidade. (Palmas) Ele conseguiu que duas pessoas, Cecilia, saíssem empregadas, porque fomos junto com a Setre. Temos parceiros e parceiras, temos rede de apoio.

Cada um aqui tem uma história de como a DPE tocou sua vida de forma positiva, por isso eu peço licença para ecoar a voz de todos que estão aqui. Nós somos um organismo vivo.

Eu quero perguntar daqui, do púlpito da Assembleia Legislativa, da Casa das Leis, onde se fazem as leis, onde se aprovam as leis, quero abrir as veias da Defensoria Pública, porque agora, com 1 ano de gestão, não é, Rutian? a gente sabe mais de perto quais são as deficiências e os limites, mas a gente sabe também as possibilidades.

Quero falar sobre eficiência e quero perguntar a quem interessa que a Defensoria Pública não tenha orçamento para concurso público? (Palmas) A quem interessa que pessoas de grande valia, com grande formação e acúmulo, vá embora para outros cargos em instituições que paguem melhor? A quem interessa que o conhecimento não se sedimente, não se perpetue e não cresça na instituição? A quem interessa defensores com síndrome de Burnout, afastam-se por Burnout? (Palmas) A quem interessa a precariedade de um computador ser dividido por duas pessoas lá? Eu estou abrindo as veias para dizer que nós não queremos mais isso. A quem interessa a insuficiência de servidores e a terceirização?

Ana Cristina, por favor, venha até aqui; Gau, por favor, venha até aqui. A quem interessa a terceirização, uma manipulação do capitalismo para precarizar trabalhadores e trabalhadoras, ser a ordem do dia para contratar pessoas na instituição? (Palmas) A quem interessa defensores públicos não terem a mesma valorização, o mesmo lugar de respeito, de credibilidade, e de status dos outros agentes do sistema de Justiça, se são quem defende os negros; as negras; os quilombolas; os indígenas; os que vivem em assentamentos; as mulheres vítimas de violência, de morte, de feminicídio; os jovens que são presos com um baseado, mas são tipificados como traficantes? A quem interessa que essas pessoas não tenham nem defesa nem dignidade? A quem interessa?

Então, estou usando o meu lugar, pois fui trazida por vocês. Muitos que estão aqui conhecem a Ouvidoria há muito tempo, votaram em nossa chapa, confiam em nós. Eu os trouxe aqui para pedir licença e ecoar esta voz, nesta Casa. Para dizer que nós, a Ouvidoria Cidadã, somos 820 movimentos sociais na Bahia. Esse contingente de pessoas está entre todas as ordens de grupos sociais, eu gosto de falar dos fecheiros, gosto de falar dos quilombolas, mas tem também as mães atípicas, as mães solo, tem todo tipo de pessoa que, a partir da DPE encontram dignidade, encontram cabeça erguida e visão diagonal, Milca, por isso quando você estava lá em cima hoje, eu falei: “desça, desça, desça”, porque você é a personificação das mulheres que trabalhavam de forma análoga à escravidão nas cozinhas, que recebia salário em forma de roupa, porque o patrão acha que roupa paga o salário do trabalho braçal, mas você é a revolução Sindoméstico-BA, assim como você, Cleusa e mulheres que a gente tem muito orgulho de ter ao lado. (Palmas)

Eu quero dizer, com todo o respeito que temos ao MP, mas a quem interessa que o MP tenha quatro vezes mais orçamento do que nós? (Palmas) Que perspectiva de sociedade estamos colocando para fora? A gente só pode acusar? Um homem negro não tem de direito à segunda chance, à defesa? Uma mulher que sofreu violência não tem direito à defesa digna, de cabeça ereta, com um defensor que pôde estudar, porque teve tempo para isso, saúde mental para isso, que pode entrar em um fórum e defendê-la como ela merece, com dignidade e altivez? A quem interessa isso?

Fica nossa reflexão aqui. Eu falei na quarta-feira sobre autoestima, identidade, pertencimento, porque nós somos gigantes. Eu gosto de parafrasear o Hino Nacional, Dr.^a Tereza, porque ele é uma pérola, é um presente para o Brasil: “nós somos gigantes pela própria natureza do existir!” (Palmas) A missão da

Defensoria Pública do Estado da Bahia é gigante pela própria natureza pela qual existe. É uma missão elevada, Dr.^a Deliane, é uma emissão elevada, Mônica, Cibebe, Cristina Ulm. É uma missão elevada, Mel.

Então, nós não nos curvaremos. Repito aqui o que falei em outros momentos, mas agora, de público, Dr. Walter, Dr.^a Firmiane: “nós, população da Bahia, sabemos que para termos um povo em paz e com dignidade, temos de ter uma Defensoria forte.” Isso vai da estrutura básica, da internet, do computador, até a autoestima de defensores públicos. Passa por todas as esferas que atravessam essa instituição.

Nós estamos aqui para colocar, em cima da mesa, algo inegociável. Nós não vamos arredar o pé enquanto o PL não for aprovado. (Palmas) Estamos, a Ouvidoria está, há muito tempo, dialogando com a Serin, dialogando com esta Casa, dialogando nos gabinetes, nas comissões, Olívia Santana, como a senhora nos recebeu muito gentilmente outro dia. E faremos outras intervenções, porque nós somos mulheres e homens de luta. Eu costumo falar: “aqui tem galos de briga e um bocado de galinhas de briga.” (Risos) Eu costumo brincar que a gente não arreda o pé.

Para encerrar e para agradecer profundamente, do fundo do meu coração, em nome de minha mãe Oxum e do Sagrado que me acompanha, a fortaleza que vocês são ao lado da Ouvidoria, a fortaleza que vocês são ao lado da instituição que luta por nós, que garante a existência plena, simbólica, física e uma outra que tem sido muito negligenciada, Mel, você sabe disso, a saúde mental.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Concluindo.

A dor adoece, a indignidade adoece, mas estamos de pé, ficaremos erguidas, lutaremos até o fim, ocuparemos o espaço que for necessário, as galerias, as ruas, os piquetes que for preciso fazer, faremos, para que a Defensoria Pública seja do tamanho que ela tem de ser, dada a sua missão. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada, Naira. Obrigado a todas e a todos.

A Sr.^a NAIRA GOMES: Obrigada, obrigada, obrigada! Uhuuuu. Uma foto aqui! (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada a toda a comunidade aqui presente.

(Participantes da sessão repetem: “Que não teme a luta, que não teme a morte. Povo negro unido, povo negro forte.”)

A Sr.^a NAIRA GOMES: “Que não teme a luta, que não teme a morte. Povo negro unido, povo negro forte. Que não teme a luta, que não teme a morte.” (Palmas) Obrigada, maravilhosas!

Oradora não identificada: Tem de colocar Exu na frente para dar sorte!

A Sr.^a NAIRA GOMES: Axé!

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Dando continuidade à sessão, quero saudar e agradecer o produtor Gel Varela, aqui presente. Muito obrigado pelo seu trabalho.

Agora vamos ouvir mais uma intervenção cultural do grupo Anarkas.

O Sr. Osiris: Com a sua licença, Sr.^a Olívia, gostaria de dizer algumas palavras aqui.

Quando a gente fala do povo baiano, a gente fala também de cultura. É importante também falar de cultura, porque a língua do povo é a cultura. Nós, Anarkas, gostaríamos de homenagear os grandes nomes da música, que são a cultura e a música do povo baiano: O Tropicalismo, gostaríamos de homenagear Gilberto Gil, Caetano Veloso e Armandinho Macêdo. (Palmas) Sigam a gente no Instagram: @anarkasoficial e confirmem toda a agenda da gente. Muito obrigado.

(Procede-se à apresentação musical.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Muito obrigada, mais uma vez, ao Anarkas. Eu quero saudá-los e dizer que essa música é emblemática, ela celebra um tempo de resistência na luta contra a ditadura militar, na luta em defesa das liberdades, por isso esse repertório foi tão bem escolhido, ele casa com o que estamos fazendo hoje aqui, celebrando e lutando pela reafirmação e pelo fortalecimento da democracia.

Estamos caminhando para o fim da sessão.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Passo a palavra ao vereador Augusto Vasconcelos para a sua saudação. (Palmas)

O Sr. AUGUSTO VASCONCELOS: Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. É uma honra participar de mais uma sessão em homenagem a esta instituição tão relevante para a República Brasileira, a Defensoria Pública do Estado da Bahia, e aqui homenageando todas as defensorias públicas neste dia nacional.

Agradeço o convite da presidente desta sessão, minha amiga, camarada de muitas jornadas, a deputada estadual Olívia Santana, que tem, além de uma forte sensibilidade social, um compromisso muito dedicado à valorização desse importante instrumento da defesa da democracia, a Defensoria Pública.

Esse instrumento de defesa da democracia possibilita o acesso à Justiça às camadas mais pobres da nossa sociedade, com dedicação de servidores e de servidoras, de defensores e de defensoras, do corpo técnico, com uma Ouvidoria Cidadã, conduzida pela também minha amiga Naira Crespa, Naira Gomes, que faz esse trabalho brilhante como ouvidora da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Ela está dando continuidade ao belo trabalho desenvolvido por minha outra grande amiga Sirlene, que estava aqui mais cedo.

A Ouvidoria da Defensoria é parceira da Ouvidoria da Câmara Municipal de Salvador. Eu estou atuando como ouvidor-geral da Câmara Municipal, perguntei à Naira: “quantos processos administrativos chegam a vocês, quantas denúncias?” Ela falou: “7 mil.” Eu estava reclamando, porque eu recebia 1,6 mil na Ouvidoria da Câmara Municipal.

Ela recebe 7 mil, claro que esse volume é estadual, o nosso é só do município de Salvador, mas de qualquer modo, é uma demanda gigantesca, e está lá a Ouvidoria. Eu acompanho o Instagram de Naira, não sei como ela dá conta de estar presente em todos os lugares do estado da Bahia. É um esforço dedicado de um coletivo de pessoas, que só tem a acolhida, porque tem na ponta defensores e defensoras muito comprometidos com a causa da população mais pobre do nosso estado e com a defesa do acesso à Justiça.

Saúdo Firmiane Venâncio, que também recebeu uma homenagem muito bonita na Câmara Municipal de Salvador em nome de toda a instituição. Parabéns, Firmiane, pela condução da Defensoria; Tereza Almeida, com essa voz potente, na Associação de Defensoras e Defensores Públicos da Bahia, reafirmando nesta semana a greve organizada por essa categoria que reivindica valorização profissional, respeito, dignidade e tratamento equitativo com as demais estruturas do sistema de Justiça.

Em nome de vocês, dessas mulheres poderosas, eu estou ali cumprindo a cota masculina na Mesa, mas em nome de vocês saúdo todas as pessoas presentes aqui e reafirmo também o nosso compromisso em defesa do PLC nº154/2023. Eu não posso votá-lo, não é uma atribuição da Câmara Municipal de Salvador, mas acompanhei de perto todo esforço de Olívia, a gente sabe que votações na Assembleia, na Câmara, no Congresso Nacional, são eivadas de vicissitudes, de circunstâncias de enfrentamentos internos e externos.

Eu sou testemunha da dedicação de Olívia em torno da causa dos professores e das professoras aqui nesta Assembleia, na causa das defensoras e dos defensores e nas demais pautas do serviço público do estado da Bahia. É óbvio que há correlações de forças, dificuldades e contextos, mas Olívia tem tido coragem de se posicionar. Eu me sinto muito orgulhoso de caminhar ao seu lado, deputada, pela sua trajetória e pelo seu compromisso de não se esconder, pelo seu compromisso em torno de causas tão relevantes para o estado da Bahia.

É bom a gente registrar que durante muito tempo o trabalho da Defensoria foi ofuscado. Inclusive, o Ministério Público já exerceu essas atribuições no passado. Quando a Constituição de 88 coloca no patamar mais alto essa instituição, para fazer a defesa e a guarida da população mais pobre é porque a Constituição fez uma opção democrática de entender que o acesso à Justiça não pode ser privilégio de poucos.

Quando um defensor ou uma defensora ingressa com uma liminar para obter um medicamento que garante a sobrevivência de uma pessoa, de uma criança, de um adolescente, de um idoso, de um adulto, estamos falando em defesa da vida.

Quando eu vejo Lavine Eloah em Irará fazendo esse belo trabalho, Lavine foi minha aluna na Universidade do Estado da Bahia, ela faz um trabalho brilhante lá.

Vejo Pedro Casali. Ele foi colega de faculdade.

Eles se dedicam. São profissionais qualificados com grande formação técnico-jurídica, mas, acima de tudo, com forte compromisso de atender as pessoas, de fazer a discussão nos quilombos, na população ribeirinha, nos fechos de pasto, na discussão da população indígena, no enfrentamento LGBTQIAPN+fobia.

E, nesta data emblemática, há a minha amiga Livia, da UNA LGBT. Você, Livia, conversa com outra pessoa emblemática, que é Milca Martins Evangelista, do Sindoméstico-BA (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas da Bahia). Vocês tratam, com certeza, de temas alusivos à defesa de pautas que envolvem a população que sofre preconceito e discriminação, que não têm acesso a recursos.

Sabem o que faz uma pessoa buscar a Defensoria? Sabe o que é, deputada Olívia? Primeiro, é a confiança na instituição, mas, segundo, porque são pessoas que não tiveram acesso à herança. (Palmas)

Thomas Piketty fala, no seu livro *O Capital no Século XXI*, que a maior forma, ainda hoje, de acumulação de riqueza é a herança. Qual é o mérito na herança, minha gente? Qual a diferença de um espermatozoide que fecundou um óvulo no Horto Florestal e um outro fecundado no Lobato? Porque a história das pessoas é marcada pela sua origem de nascimento, com exceções, mas que, em geral, marcam, profundamente, as desigualdades deste povo.

Então, quando alguém vai à Defensoria, é porque essa pessoa não tem instrumentos para contratar uma banca de advocacia para defender os seus direitos, inclusive, o direito à sua liberdade.

Então quando um defensor ou uma defensora está, lá, em uma penitenciária, fazendo um atendimento... Tive a oportunidade, como estagiário do Patronato de Presos e Egressos, de ver o trabalho dedicado na Penitenciária Lemos Brito, na Colônia Penal Lafayete Coutinho, no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (palmas), onde as pessoas sofrem prisão perpétua neste país, pois não cumpre, sequer, o previsto na Constituição Federal. Ontem, na Faculdade Visconde de Cairu, nós fizemos uma audiência sobre saúde mental. E essa pauta veio à tona.

E, na Defensoria, a gente tem defensor, defensora e servidor, que vai, lá, acolher essas pessoas, consideradas, de acordo com Castells, os supranumerários, os invisíveis, os que não são colocados. E, até, em estatísticas, muitas vezes, não aparecem.

Quando a gente fez a audiência, com a Dr.^a Fabiana, em defesa da população em situação de rua, apareceu gente que, sequer, constava em dados do CadÚnico. E quando a Defensoria encaminha, ela faz um trabalho administrativo, porque o acesso à justiça é nas portas do Judiciário, mas é no acolhimento, no afeto e na empatia para fazer os devidos encaminhamentos administrativos, também.

Bem, em cada cidade deste estado, deveria ter um defensor e uma defensora. E não tem.

Quando se discute Orçamento para isso, é para assegurar que, lá, na cidade da minha mãe, Itamari, 5 mil habitantes, perto de Gandu, na zona rural, onde as pessoas morrem e ninguém sabe contar a história, porque morrem, muitas vezes, isolada no meio do mato e não tem qualquer atendimento, porque bate à porta do SUS e não tem acesso àquele medicamento imprescindível para a sua sobrevivência.

Lá, na cidade da minha mãe, não tem defensor e defensora por falta de Orçamento, por falta de concurso, por falta de investimento e por falta de decisão

política (palmas), porque não há nenhuma equiparação que diga que uma outra instituição da Justiça e do sistema é mais importante que a Defensoria.

Por isso, quando nós fazemos a reafirmação desses compromissos, estamos colocando o dedo na ferida do controle econômico da sociedade e do estado. E é necessário a gente colocar a Defensoria na prateleira mais alta em defesa de direitos de quem mais precisa. Por isso, defensores e defensoras, profissionais da Defensoria, toda a comunidade que bate às suas portas, contam conosco no desafio de assegurar justiça para todas as pessoas. (Muitas palmas)

Viva a Defensoria Pública do Estado da Bahia! (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada, vereador Augusto Vasconcelos. É sempre bom ouvir a sua voz e a sua experiência, pois, também, é ouvindo na Câmara Municipal de Salvador nesta luta por direitos e por promoção de direitos.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Quero agora, de imediato, passar a palavra à nossa defensora-geral, Firmiane Venâncio. (Palmas)

A Sr.^a FIRMIANE VENÂNCIO DE CARMO SOUZA: Muito bom dia a todos e a todas.

Quero saudar a Mesa na pessoa da deputada Olívia Santana, pois este é um dia tão especial e tão emblemático que se realiza através desta sessão especial. Deputada, muito obrigada por sua acolhida. Farei outras menções à senhora e outros agradecimentos e registros, ainda na manhã de hoje.

Saúdo a Sr.^a Dr.^a Aline Solano Souza Casali Bahia, corregedora-geral da Procuradoria Geral do Estado. Muito obrigada por sua presença na manhã de hoje.

Saúdo a Sr.^a Dr.^a Marilene Pereira Mota, procuradora. Muito obrigada por sua presença. (Palmas) A senhora é muito querida na Defensoria Pública, lugar onde possui muitos amigos e amigas. A fala da senhora sobre a Defensoria Pública merece ser ouvida. É muito bonito o respeito que a senhora tem por nossa instituição. Fico feliz em poder dizer que, no ano de 2023, nós conseguimos chegar a Macaúbas, a cidade que a senhora tanto desejava que a Defensoria Pública chegasse.

Saúdo a Dr.^a Tereza Cristina Almeida Ferreira, defensora e presidenta da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado da Bahia; a Dr.^a Naira Gomes, a nossa ouvidora-geral da Defensoria Pública; a Dr.^a Janaína Canário, corregedora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia; e Augusto Vasconcelos, querido vereador da cidade de Salvador. Muito obrigada pelas presenças de todos e todas.

Agradeço também as presenças, na manhã de hoje, das defensoras e defensores públicos do estado da Bahia e das representações da sociedade civil que eu vejo aqui. São pessoas tão queridas. (Palmas) Os defensores e as defensoras públicas da capital e do interior estão na manhã de hoje para fazer coro a esta

necessidade de valorização da nossa instituição, da valorização dessa carreira tão importante e necessária para o estado democrático de direito.

Mas queria agradecer, também, aos servidores e às servidoras da Defensoria Pública que estão aqui tanto embaixo quanto nas galerias. (Palmas) Muito obrigada aos estagiários e às estagiárias da nossa instituição. São vocês que unem forças a esse exército de 406 defensores e defensoras públicas, no estado da Bahia, para assegurar o acesso à Justiça a quem mais precisa.

(Lê) “A sessão especial em homenagem à Defensoria Pública, em alusão ao Dia Nacional da Defensoria Pública e aos membros é sempre um momento importante na relação entre nós e o Poder Legislativo, seja na Bahia, seja no Congresso Nacional.

De logo, então, ratifico o meu agradecimento à deputada Olívia Santana pela propositura desta sessão especial, bem como de seu gabinete. Agradeço a todos e a todas desta Casa que, histórica e especialmente, no último ano, colocaram-se à disposição para acolher defensores e defensoras públicas que, para cá, acorreram para lutar pelo fortalecimento desta instituição tão necessária para a redução das desigualdades sociais e para assegurar a dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, agradeço aos deputados Rosemberg Pinto e Alan Sanches pelo esforço, em dezembro de 2023, para podermos avançar no acordo de dispensa de formalidades para a votação do PLC nº 154/2023. E, na pendência de apreciação dessa pauta, reforço a importância desses dois líderes, assim como a importância do presidente Adolfo Menezes, para escrevermos esta página da nossa história muito em breve.

Colho a oportunidade ainda para lembrar que a Assembleia Legislativa da Bahia tem, em seu histórico, diversas leis aprovadas para a Defensoria Pública ao longo dos nossos 38 anos de existência. Foram cerca de nove instrumentos legais, mas nenhum, até então, de iniciativa exclusiva ou privativa da Defensoria Pública-Geral.

A Emenda Constitucional nº 80, de 2014, aprovada graças ao esforço e ao empenho fundamental da nossa associação, à época, dirigida pela nossa querida defensora pública Soraia Ramos e sob a condução, em Brasília, do deputado federal Amauri Teixeira, resultou na consagração da autonomia da Defensoria Pública ao lhe assegurar iniciativa de lei.

Esta Casa Legislativa, através de sua Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Marcelino Galo, aprovou, por unanimidade, o parecer da deputada Fabíola Mansur acerca desse tema, fazendo com que chegássemos ao ano de 2022 com essa matéria, definitivamente, resolvida aqui e no Supremo Tribunal Federal. (Palmas)

Para todas e todos, faço este relato neste momento, porque construímos, no ano de 2023, quando na administração da Defensoria Pública, mas também como classe, Dr.^a Tereza, de defensores e defensoras públicas, um ambiente de intensos debates e reflexões sobre o papel de nossa instituição, bem como trouxemos, ao lume, o seu impacto na vida de cidadãos e cidadãs baianas.

Mas, ainda que pareça cansativo, nesta quadra histórica em que nos encontramos, deputada, colegas, autoridades presentes, a sessão especial é mais um momento de reafirmar a extensão e a qualidade dos serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Os atuais 406 defensores e defensoras públicas foram responsáveis, vereador Augusto, por 1 milhão, 129 mil, 661 atendimentos, em 2023, assim como praticaram 2 milhões, 684 mil, 938 atividades, no referido ano. (Palmas)

No intervalo de 1 ano, realizamos 101 itinerâncias e percorremos o estado da Bahia, Dr.^a Cristina Ulm, para atender as pessoas nos distritos, povoados, comunidades indígenas e quilombos, locais em que nunca nenhuma outra instituição do sistema de Justiça havia chegado.

Lembro-me bem da fala da deputada Olívia, na última sessão especial em que aqui estivemos. Ela nos alertava para não nos afastarmos do povo. Eu queria dizer hoje, deputada Olívia, quando retornamos a esta Casa, para dizer que não só não nos afastamos do povo, como estamos mais próximos do povo nos 27 Territórios de Identidade do nosso estado. (Palmas)

Estruturamos os nossos serviços aperfeiçoando os locais de trabalho com a entrega de três econúcleos e mais de sete sedes ou espaços de atendimento alugados ou em locais seguidos pelo Poder Judiciário. Isso significa não apenas chegar às comarcas, mas chegar de forma planejada, estruturada e dentro do que a nossa disponibilidade orçamentária permite.

Por falar em Orçamento, gostaria ainda de agradecer o esforço de diversos deputados estaduais das mais diversas bandeiras político-partidárias em dirigirem as suas emendas parlamentares para fortalecer os serviços prestados pela nossa instituição. A deputada proponente desta sessão especial é uma delas. Mas, além dela, há os deputados Hilton Coelho, José de Arimateia, Roberto Carlos, Jurailton Santos, Cafu Barreto e Pablo Roberto. (Palmas) Muito obrigada pelo apoio orçamentário à Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Faço esse registro porque o incremento orçamentário de 16,4%, realizado pela nova metodologia de cálculo da quota orçamentária implementada, já no governo de Jerônimo Rodrigues, foi extremamente importante para que a Defensoria Pública iniciasse 2024 melhor do que iniciou o ano de 2023.

No entanto, o déficit e as necessidades persistentes para a resolução das demandas que estão em nossa ordem do dia são: reestruturação da carreira, plano de cargos e salários de servidor da DPE, sede administrativa própria. Essas ainda seguem pendentes.

Retornamos, portanto, a esta casa, à Casa do Povo, para prestar contas não apenas da nossa gestão, mas o que todos os defensores e defensoras públicas do estado da Bahia, servidores e servidoras, estagiários e estagiárias têm realizado para promover os direitos humanos e a inclusão social dos grupos vulnerabilizados.

Gostaria de dizer que quando eu me dirijo a este Parlamento para pedir o fortalecimento da Defensoria Pública da Bahia, naquilo que é papel do Parlamento,

o faço para podermos chegar, a cada dia, mais perto e de forma mais qualificada a quem mais precisa de nós.”

Oxalá, os ventos soprados, trazendo a canção *Anunciação*, nos leve muito próximo dos nossos objetivos nas próximas semanas.

Deputada Olívia Santana, membros desta Casa, colegas e amigos que veem a Defensoria Pública, muitas vezes, como a última trincheira de acesso à Justiça e de dignidade, esperamos poder celebrar definitivamente a virada desta página na nossa história, a fim de conseguirmos definitivamente ser reconhecidos como a maior e a melhor instituição do sistema de Justiça da Bahia.

Muito obrigada. (Muitas palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Muito importante, Dr.^a Firmiane, esses dados, essas informações e esse reconhecimento acerca da importância do papel desta Casa. Há diversos deputados que acreditam, apostam e investem na Defensoria Pública, como V. Ex.^a acabou de destacar.

Eu quero endossar a importância do papel do líder do Governo, Rosemberg Pinto, e a importância do papel do líder da Oposição, Alan Sanches, neste diálogo, porque é luta. Mas, ao mesmo tempo, há de se manter a porta aberta para as negociações chegarem a bom termo. E, nesse sentido, é fundamental garantir o reconhecimento que nós estamos fazendo ao trabalho que a Defensoria Pública realiza. Então, é unidade, é luta, é respeito, mas, ao mesmo tempo, é afirmação de maneira muito destacada desta pauta, que eu reitero como uma pauta justa.

Eu tenho certeza de que esta Casa há de fazer este reconhecimento assim como o próprio governo, no diálogo com a categoria, as negociações. Espero e serei uma das que estará ao lado dos demais colegas, buscando a abertura deste diálogo na volta do governador Jerônimo Rodrigues.

Quero também transmitir à Dr.^a Firmiane e a toda a categoria os cumprimentos da deputada federal Alice Portugal (palmas), pois ela também foi convidada a comparecer a esta sessão, mas ela está em Poções. Por essa razão, ela não pôde se fazer presente. Mas, mesmo assim, ela encaminhou o ofício saudando esta sessão especial e a luta em defesa do fortalecimento institucional da Defensoria e todo o seu corpo de profissionais.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Quero agora companheiras e companheiros, caminhando para a finalização desta sessão, dizer algo. Destaco a presença importantíssima da querida Negra Magna (palmas), vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Eu também faço parte do conselho. Ela estava aqui nesse instante.

Quero saudar também a presença de Ivonete Mota, coordenadora de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do município de Candeias e representante da Coordenação de Povos de Terreiro, de Camaçari. Eu quero também fazer o registro da presença de Raquel Maia, do NAC (Núcleo de Apoio a Comunidades), de Lauro de Freitas.

Agradeço as presenças de todas essas pessoas dos movimentos sociais que atenderam ao nosso convite e se fizeram presentes. Destaco a presença sempre zelosa e cuidadosa de Sirlene Assis (palmas), ex-ouvidora da Defensoria Pública que, agora, está nos ajudando, assessorando e trabalhando nesta Casa, na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, com essa experiência tão larga que ela traz da convivência com a Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Peço, portanto, atenção agora para a gente finalizar de maneira bonita, pois esta sessão especial é tão representativa. Eu aproveito para agradecer, mais uma vez, a toda equipe da Assembleia Legislativa da Bahia e da TV ALBA. Eu passo agora à manifestação cultural final com o nosso grupo Anarkas. (Palmas)

A Sr.^a Ruiva: Gostaria de agradecer à deputada Olívia Santana. Quem conhece esta música, cante com a gente. Para quem não a conhece, nos acompanhe com as palmas.

Muito obrigada.

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Muitas palmas a este grupo maravilhoso, gente! (Palmas)

Sextou com sorriso no rosto! Isso é certeza da luta justa e muitas alegrias também, gente.

Um grande final de semana para vocês.

Espero que a gente consiga, de fato, aprovar o PLC nº 154/2023!

A luta continua e os apoios se ampliam!

Estamos juntos e juntas e “juntos”!

Obrigada a todos que ajudaram a construir esta sessão!

Em nome da Constituição Federal e da Constituição do Estado da Bahia, declaro encerrada a presente sessão especial.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.